AGROANALYSIS

PERIÓDICOS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 6 – Nº 4 ABRIL DE 1982

FGV-ESCOLA ADM EMPRESAS SP
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 10.AND
01313 SAO PAULO SP

IMPRESSO

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR
Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Fatores de Produção; Infraestrutura; Pecuária
Bruno Marcus Rangel Pessanha
Editoração; Arroz; Cevada; Mamona; Comércio Internacional; Feijão
Fernando Roberto de Freitas Almeida
Cana-de-Açúcar; Mandioca; Álcool; Serviço de Dados Básicos
Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Algodão; Fruticultura; Olericultura
Iracema Bouzas Pessôa
Milho; Suinocultura; Avicultura; Serviço de Cadastro
Irene Raguenet Troccoli
Oleaginosas; Trigo; Metais Preciosos
Leila Tendrih de Freitas Almeida
Cacau; Café; Fumo; Moeda e Crédito
Régis Norberto da Cunha Alimandro

QUADRO DE APOIO

Diagramação; Composição; Montagem; Arte-Final
Emerson da Silva Martins
Secretária
Jorgina Leite Lemos
Datilógrafo
Damião Roberto Mattos Pinheiro
Mensageiro
José de Oliveira Melo Júnior
Serviço de Documentação
Maria Eunice Rocha
Estagiários
Carlos Derouineau Antunes Neto
Cláudia Rodrigues Campos
Cristina Pinho Corrêa
Deborah de Almeida Lima
Edmilson Marques Lana

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Central.

Agroanalysis, v. I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola
CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

FUNDAÇAO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Comentários

Algodão. 2

Arroz 6

Feijão 8

Milho 12

Soja 13

Trigo. 14

NOTA DA EDIÇÃO

No número de fevereiro de "Agroanalysis", o Grupo de Informação Agrícola publicou um levantamento da situação das principais safras de verão do Centro-Sul do país. As lavouras de algodão, arroz, feijão, milho e soja foram analisadas no que se refere às previsões de produção e às perspectivas de comercialização no momento da colheita. Em apenas dois meses, no entanto, houve mudança considerável na situação de alguns cultivos, o que recomenda, neste número de abril, a atualização do balanço feito naquela ocasião.

As conseqüências da estiagem que atingiu diversos estados do Centro-Sul do país, durante os meses de janeiro e fevereiro, foram, no caso da soja, mais severas do que se havia estimado inicialmente. Deste modo, a produção brasileira poderá ficar aquém das 13,7 milhões de t, limitando seriamente as possibilidades de exportação do país no tocante à soja e seus derivados. No final de março e começo de abril, um novo período de falta de chuvas vem ameaçando reduzir, ainda mais, a produção de soja no Rio Grande do Sul. A lavoura de algodão, ao contrário, foi prejudicada pelo excesso de chuvas durante a colheita que, além de reduzir a produtividade, pode comprometer a qualidade da fibra.

Em contrapartida, os cultivos de arroz, milho e feijão tiveram desenvolvimento normal. Para estes três produtos, confirma-se a expectativa de um crescimento significativo da produção em relação à safra passada. O problema nesse caso, é garantir uma remuneração adequada ao produtor. O governo já adquiriu grandes quantidades de feijão a fim de evitar que o preço de mercado caísse abaixo do preço mínimo de garantia. O mesmo deverá ocorrer com relação ao milho e, em menor escala, com o arroz.

Finalmente, o ano de 1982 poderá marcar uma reversão na tendência de declínio da área plantada com trigo, que se manifesta desde 1979. Contribui para isto a produtividade obtida em 1981 (1.148 kg/ha), a melhor desde 1974, apesar da seca e das geadas, que não deixaram de se abater sobre a safra do ano passado, especialmente no caso do Paraná. Além disso, tanto os Valores Básicos de Custeio, quanto o preço de garantia, fixados pelo governo, estão pesando favoravelmente sobre o plantio do produto que, no Rio Grande do Sul, só se encerra no mês de junho.

COMENTÁRIOS

ALGODÃO

A recuperação do mercado depende da safra nordestina

A safra meridional 1981/82 ainda poderá ser comprometida seriamente, devido às chuvas verificadas em fins de março e início de abril, nos principais estados produtores, Paraná e São Paulo. A ocorrência de chuvas, em plena época de colheita, costuma causar sérios danos, uma vez que, além de reduzir a produtividade, pode prejudicar também a qualidade da fibra, o que significa prejuízo duplo para o produtor (ver Quadro 1).

A estiagem ocorrida nos meses de setembro e outubro do ano passado já havia provocado o atraso no plantio, que se concentrou na segunda quinzena de outubro. Não chegou, porém, a causar prejuízos à cultura, a não ser aqueles relativos aos custos de mão-de-obra, que deverão ser mais elevados do que o usual, devido à concentração das apanhas num período menor. A outra seca, ocorrida em dezembro/janeiro, período de crescimento da planta, também não acarretou estragos maiores à cultura.

Em 1981, embora os preços do algodão já estivessem bem reduzidos, os ganhos dos cotonicultores puderam ser garantidos, principalmente no Paraná, pela alta produtividade da cultura aliada a uma ótima qualidade da fibra, cujo tipo médio foi de 6,13 em 1980/81, contra 6,71 em 1979/80. Esses resultados positivos propiciaram uma expansão de 14,4%* na área plantada com a malvácea naquele estado, na safra atual, demonstrando que os ganhos dos produtores não estão vinculados exclusivamente aos preços praticados no mercado. É bem verdade que os cotonicultores do Paraná expandiram sua área também em função da inexistência de culturas substitutas, que lhes garantissem os ganhos geralmente auferidos com o algodão.

Ao contrário, em São Paulo, a área de plantio regrediu, apesar dos bons rendimentos registrados na safra 1980/81. Este comportamento do produtor pode ser explicado pela existência, no estado, de culturas alternativas (cana-de-açúcar e milho)

* Dados do Deral (Secretaria de Agricultura do Paraná).

QUADRO 1

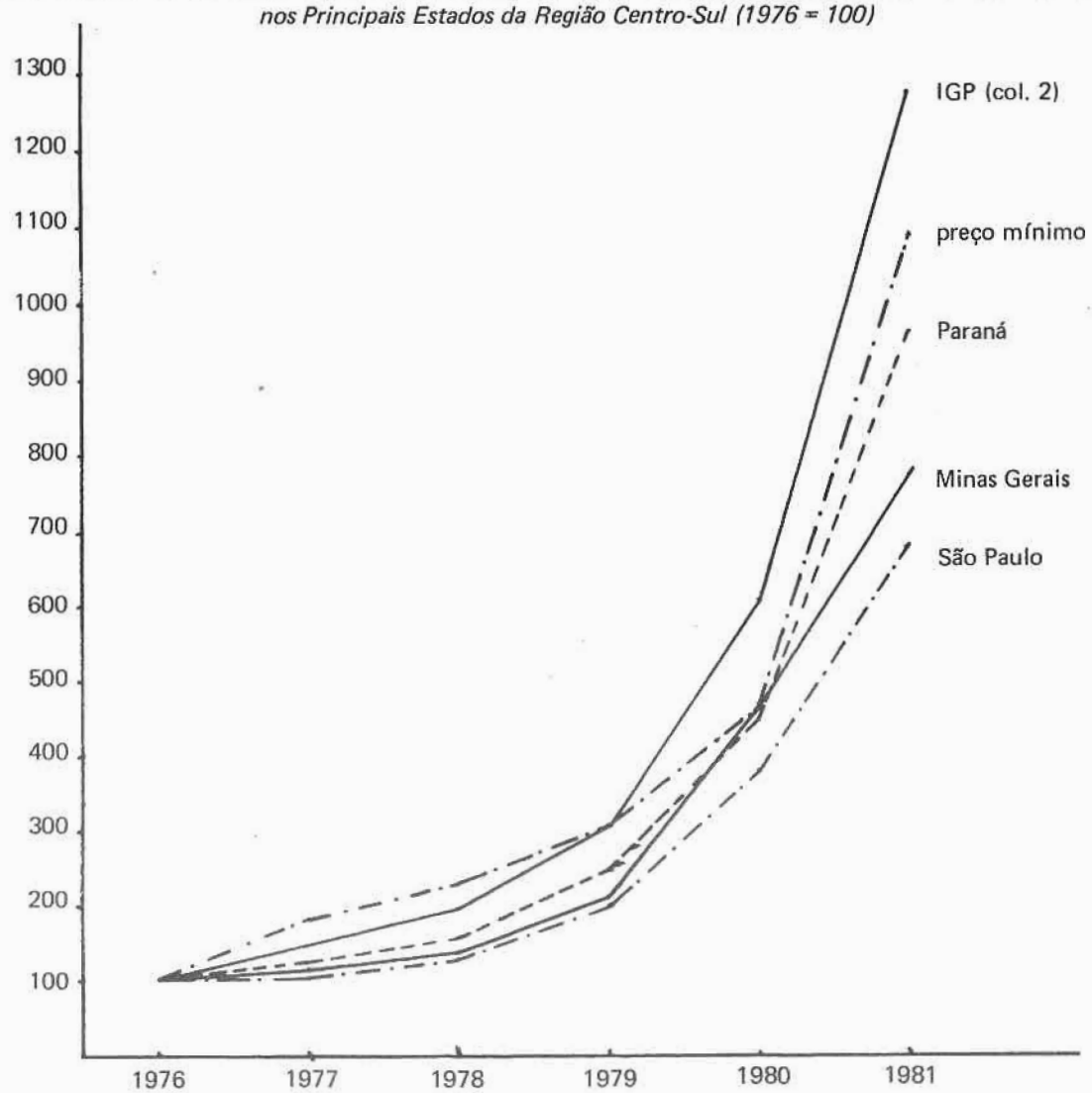
BRASIL — Preços Nominais Pagos aos Produtores de Algodão da Região Centro-Sul — Cr$/15 kg (Algodão em Caroço)
Período 1976-1981

Estados/Anos	1976	1977	%	1978	%	1979	%	1980	%	1981	%
Paraná	64,35	82,50	28,2	103,50	25,4	160,95	55,5	289,20	79,7	617,40	113,0
São Paulo	87,15	91,80	5,3	116,70	27,1	172,80	48,0	333,15	92,8	589,80	77,0
Minas Gerais	72,30	82,20	13,7	104,10	26,6	154,50	48,4	330,30	113,8	562,95	70,0
Goiás	75,75	94,95	25,3	110,55	16,4	169,05	52,9	335,25	98,3	578,25	72,0
Mato Grosso*	66,45	85,20	28,2	106,65	25,2	–	–	253,50	–	521,40	106,0

* A partir de 1979 os dados referem-se ao estado de Mato Grosso do Sul.
FONTE: CEA - IBRE, FGV.

GRÁFICO 1

ALGODÃO: Comparativo entre o IGP e os Índices de Preço Mínimo e Preços Recebidos pelos Produtores nos Principais Estados da Região Centro-Sul (1976 = 100)



FONTE DOS DADOS BRUTOS: CEA, Conjuntura Econômica e CFP.

que, em relação ao algodão, propiciam ganhos mais elevados ao produtor. Desse modo, a área plantada naquele estado sofreu uma redução de 4%, se comparada com a área da safra 1980/81. Além disso, devido às chuvas ocorridas no mês de março, a safra paulista de algodão poderá ser reduzida em até 20%, em virtude de uma queda significativa nos rendimentos por hectare.

A incidência de chuvas no período da colheita prejudica seriamente os produtores, tendo em vista não só a quebra de safra mas, também, o fato de que os preços reais de mercado do algodão, durante a safra atual, não deverão ser superiores aos praticados em 1981. Ademais, a redução no volume de crédito disponível para os EGF's, juntamente com as modificações nas normas de contratação, deverá pressionar significativamente a liquidez do setor (cooperativas, maquinistas e indústrias) responsável pela comercialização do algodão.

Os preços de mercado da fibra poderão até apresentar alguma reação, caso se configure uma quebra significativa na quantidade e o comprometimento da qualidade do algodão da safra meridional, tendo em vista que o consumo industrial deverá, este ano, apresentar uma ligeira recuperação, comparado com o de 1981. Esse aumento nos preços, porém, poderá não se efetivar, face ao comportamento da safra nordestina de 1982, que deverá apresentar um crescimento de aproximadamente 90%, em relação à safra de 1981, tendo em vista as excelentes condições climáticas atuais, que favorecem o plantio antecipado do algodão herbáceo (ver Gráfico 1).

Assim, caso a safra nordestina se desenvolva normalmente, o hiato deixado pela quebra na safra meridional poderá ser coberto pelo excedente daquela safra, anulando, dessa forma, as expectativas de preços melhores na entressafra da região Centro-Sul.

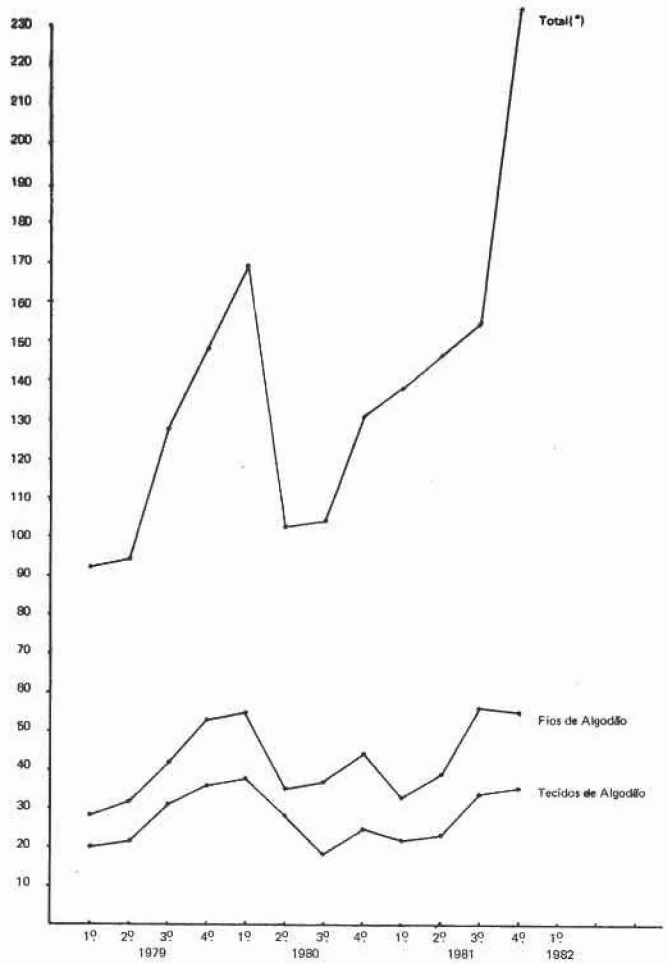
Vale lembrar que a estabilidade dos preços do algodão no mercado interno, propiciada por um suprimento folgado, atuará como um fator a favor da indústria, possibilitando, assim, uma melhor performance nas suas vendas, tanto no mercado doméstico como no externo. Deve-se destacar, também, que os preços do algodão em pluma, na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, estão ligeiramente superiores ao preço mínimo e que, no fim de março/início de abril, já apresentaram uma pequena elevação, tendo em vista o maior volume de compras efetuadas pela indústria. Naquele período, os preços elevaram-se 5,7% em menos de uma semana. Comparando-se entretanto, as cotações de janeiro, fevereiro e março de 1982 com os mesmos meses de 1981, vê-se que os aumentos nominais são apenas de 29,2%, 65,4% e 77%, respectivamente, índices estes bem inferiores à inflação acumulada nos mencionados períodos.

Contudo, na hipótese de as cotações internacionais do algodão apresentarem alguma recuperação, tendo em vista a esperada redução na área plantada nos EUA, a estabilidade (ou queda) nas taxas de juros internacionais e a conseqüente retomada no nível de atividade da indústria têxtil nos países de economias avançadas, a exportação de uma parcela do algodão em pluma excedente poderá se tornar viável, operação que favorecerá também a recuperação dos preços na safra 1982/83. Ressalte-se, no entanto, que o algodão brasileiro continua gravoso para a exportação, com um preço cerca de 13% superior aos preços praticados no mercado internacional, muito embora esteja isento do pagamento do ICM até dezembro deste ano.

Resta, porém, saber se o Brasil, em 1982, conseguirá realmente aumentar de forma expressiva suas exportações de têxteis (apresentadas no Gráfico 2) quando o comércio internacional destes produtos configura-se cada vez mais restritivo, com imposição de quotas sempre menores e de barreiras alfandegárias que, progressivamente, afetam a competitividade dos produtos do Terceiro Mundo nos mercados dos países industrializados. A indústria têxtil brasileira terá que ser cada vez mais agressiva, de modo a manter suas fatias de mercados nos países industrializados e conquistar novos mercados nos países em desenvolvimento, onde as barreiras para a entrada de seus produtos são menos severas.

GRÁFICO 2

BRASIL: Exportações de Produtos Têxteis (Total Principais Itens) — Valores Trimestrais — 1979-1981 e Primeiro Trimestre de 1982



* O referido total engloba: fios e tecidos de algodão, fios de seda, fios artificiais e sintéticos, roupas de cama, tecidos e artigos de malharia, tecidos de fibras artificiais e sintéticas e vestuário e seus acessórios.
FONTE: CACEX.

ARROZ

Permanecem elevados os estoques do governo

Pela primeira vez em muito tempo, entidades representativas de produtores agrícolas manifestaram seu agrado com a política implementada pelo governo federal para seu setor de atividade. Isto ocorreu nas primeiras semanas do ano, devido às modificações introduzidas na padronização do arroz, em 1981, e à não-intervenção governamental no mercado do produto, no ano passado, que já estavam apresentando aspectos benéficos, no modo de ver dos orizicultores.

De fato, ao atribuir o preço básico padrão ao arroz de tipo 3, com 40% de grãos inteiros e 28% de grãos quebrados, tipo mais freqüente na produção de sequeiro, majoritária no país, o governo federal, na prática, assegurou melhor remuneração aos orizicultores do Sul, que, há muito, solicitavam a mudança. Os agricultores daquela região serão beneficiados com um ágio, pois seu produto corresponde principalmente ao tipo 2 (50 x 18), de preço mais elevado. Outras alterações foram feitas, como a criação de uma nova classe de arroz (o "longo-fino") e uma nova tipificação. Todas terão validade a partir desta safra e, em seu conjunto, estas medidas atendem velhos reclamos da orizicultura gaúcha, setor mais organizado da produção brasileira do cereal.

Aliás, não apenas as alterações institucionais satisfizeram os produtores do Rio Grande do Sul. Os resultados da atual safra daquele estado superaram todas as expectativas, devendo repetir o mesmo nível do ano passado. Graças a um clima favorável e aos ganhos de produtividade obtidos com a maior participação das variedades BR/IRGA-408, 409 e 410, as perdas verificadas com a estiagem na fronteira Oeste puderam ser compensadas. Naquela região, quando do levantamento efetuado pela CFP, em março, 5% da área já haviam sido colhidos, registrando-se uma produtividade de 4.385 kg/ha, bastante superior à média usualmente conseguida, no estado. Até o momento, o rendimento médio obtido em nível estadual é de 4.159 kg/ha, havendo indícios de que se deverá elevar, ao longo da colheita.

Situação semelhante verifica-se no Nordeste, onde, à exceção da Bahia, o desenvolvimento da safra vem sendo bastante satisfatório. No caso do Maranhão, maior produtor da região, a performance dos arrozais é excepcional. Na região Sul do estado (Imperatriz), que colhe primeiramente, registrou-se um rendimento físico de 1.510 kg/ha, elevado, para os padrões locais.

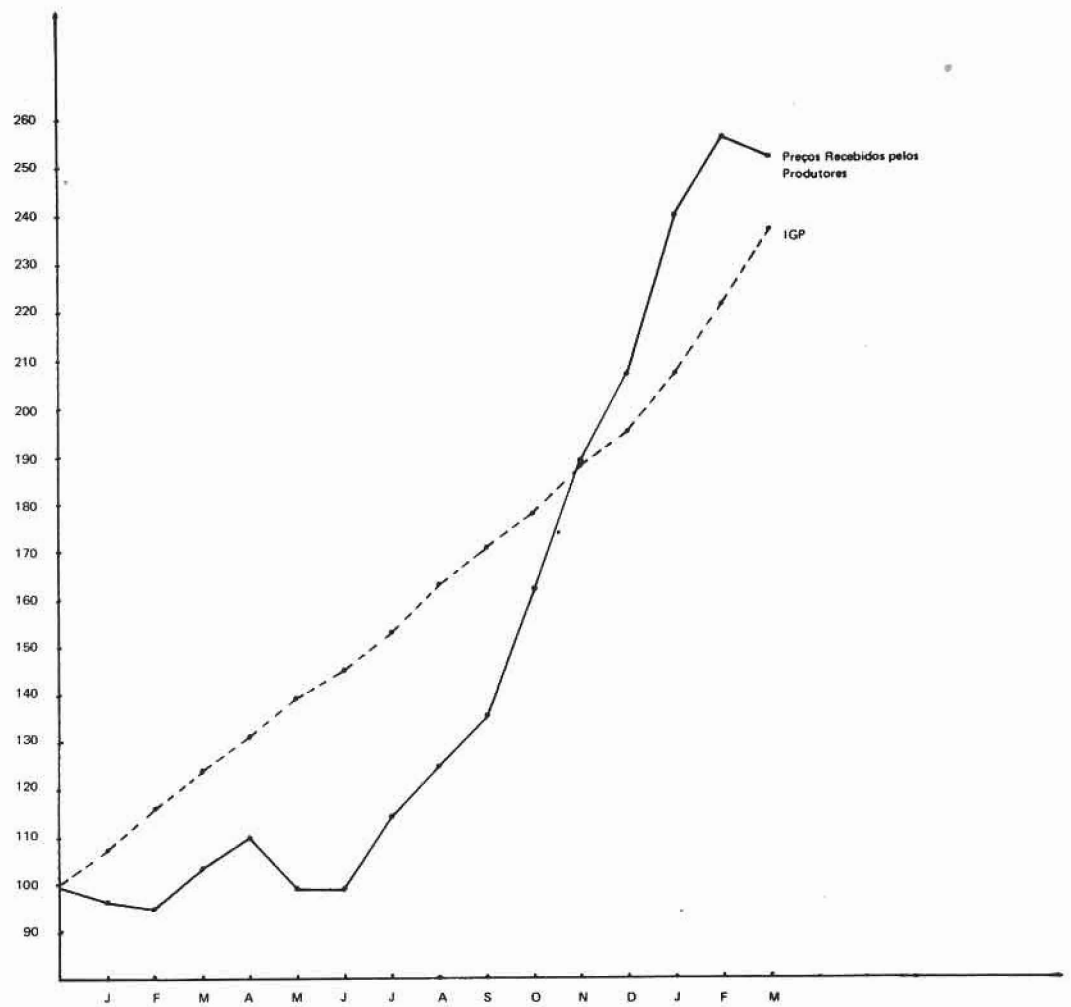
Ainda há discordâncias quanto ao aumento da área plantada com arroz, no Maranhão. Órgãos regionais, ligados à agricultura, têm-no avaliado em 15%. No entanto, como a safra do ano passado não forneceu estímulos ao plantio da safra 1981/82 — até pelo contrário, pois sofreu grande frustração — a Comissão de Financiamento da Produção acredita que a área de cultivo tenha-se ampliado, no máximo, 6%. Em termos de produtividade, a estimativa da CFP é, também, inferior à de órgãos locais, situando-se em 1.350 kg/ha.

Igualmente, nos estados do Centro-Oeste, a produtividade obtida até o momento é muito boa, superando os 1.300 kg/ha nos três estados da região. Com a colheita pela metade, em fins de março, tudo indica que os resultados do ano passado serão ultrapassados, apesar da redução da área, embora as chuvas em Mato Grosso tenham provocado atrasos na colheita e algumas perdas do produto.

Nas estimativas da CFP, relativas ao mês de março, apenas a Bahia e Minas Gerais tiveram suas produtividades reavaliadas para menos, pois as lavouras dos dois estados não conseguiram recuperar-se dos danos causados pelo clima. No primeiro, a produtividade deverá ser de 1.100 kg/ha, bem superior aos 700 kg/ha da safra 1980/81, mas abaixo dos 1.303 kg/ha esperados. Em Minas, estimava-se uma produtividade de 1.450 kg/ha e talvez não se atinja 1.300 kg/ha. A produção mineira já sofreria uma redução inevitável, em razão da diminuição da área plantada com arroz nesta safra, cuja retração poderá atingir até 11%, em relação à safra passada.

GRÁFICO 1

ARROZ EM CASCA — Evolução dos Preços Médios Recebidos pelos Orizicultores dos Cinco Maiores Estados Produtores e do IGP — Dezembro de 1980 a Março de 1982 (dez/80 = 100)



FONTE: CIMAG, FGV.

Com a colheita em rápido andamento em quase todas as áreas orizícolas do país, pouca coisa ainda poderá mudar no panorama geral da safra, a não ser que ocorra alguma reviravolta climática. Parece que a superação da oferta da safra 1980/81 é irreversível, embora não seja possível ultrapassar o resultado de 1979/80, de 9,7 milhões de t, segundo a FIBGE.

As reavaliações das safras do Norte/Nordeste permitiram à CFP alterar suas estimativas da safra 1981/82. Em fevereiro, a Comissão havia avaliado a produção em 9,184 milhões de t, ampliando-a, em março, para um intervalo entre 9,235 milhões de t e 9,555 milhões de t, contra 8,57 milhões, no ano passado. A área plantada teria ficado entre 5,877 milhões de ha e 6,13 milhões, com uma produtividade de 1.565 kg/ha.

A partir destes números, a situação do abastecimento do produto, em 1982, não deverá apresentar maiores problemas. Realmente, dispondo-se de um estoque remanescente de arroz em casca, em 1º/3/82, da ordem de 1,696 milhão de t, a concretização do limite inferior calculado pela CFP, para a safra, resultaria numa disponibilidade de 10,93 milhões de t. Caso seja atingido o limite maior, ter-se-ia uma oferta total de 11,251 milhões de t. Ambos os resultados superam amplamente o consumo estimado por aquele órgão para este ano, de 9,167 milhões de t.

Outras entidades, na área privada, têm avaliado, no entanto, um consumo mais elevado, em torno de 9,7 milhões. Mesmo se for esta a real necessidade do consumo, ainda assim a posição dos estoques governamentais permanecerá confortável. Cabe registrar que estes estoques já estão sendo engrossados com o produto novo, pois a pressão da oferta da safra, ainda incipiente, tem deprimido os preços em nível de produtor.

O Gráfico 1 mostra que, tendo-se mantido abaixo da alta geral dos preços da economia durante a maior parte do ano passado, a evolução dos preços médios recebidos pelos orizicultores superou a do IGP a partir do mês de novembro. Para isto, contribuíram o retardamento das vendas e, posteriormente, a liberação parcelada dos estoques do governo, naquela época. Ao aparecerem os primeiros sinais de uma oferta elevada, porém, iniciou-se um recuo dos preços, que deverá prosseguir por mais algum tempo.

Assim, a CFP começou a comprar o produto novo em regiões de difícil escoamento da produção, no Centro-Oeste e, também, no Maranhão. Apenas o arroz agulhinha gaúcho, de alta qualidade e bem demandado, tem apresentado alguma resistência à queda dos preços, mas já começa a ceder. Em fevereiro, a média dos preços recebidos pelos orizicultores no Rio Grande do Sul foi de Cr$ 2.247,00/50 kg e, atualmente, está entre Cr$ 2.100,00 e Cr$ . . . 2.250,00. Tais preços, porém, continuam impedindo que o IRGA efetue as compras desejadas, mesmo pagando 15% a mais do que o preço básico.

O aumento da oferta desta variedade, neste período, contudo, tenderá a comprimir seus preços. Outros fatores contribuirão para isso, como a falta de recursos para a estocagem, o ingresso de arroz de boa qualidade dos estados centrais, por preços baixos, nos mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo e o acordo com os supermercados destes dois centros (venda do produto por Cr$ 90,00/kg).

Vislumbra-se, portanto, mais um ano tranqüilo para o mercado orizícola, em que o governo federal, pelo peso de seus estoques, continuará tendo grande capacidade de manobra.

FEIJÃO

Caem os preços, sobem os estoques governamentais

Após diversas tentativas infrutíferas, afinal o país deverá ter sua tão almejada "super-safra" de feijão. Através do Quadro 1, pode-se observar a distribuição da produção da safra das águas 1981/82, pelos estados, conforme a estimativa feita pela CFP, em fevereiro e repetida em março. Ao que tudo indica, o volume total da safra não ficará muito distanciado dos valores calculados pela Comissão. Deverá situar-se mais próximo do limite inferior do intervalo, em razão, principalmente, das perdas ocor-

ridas na região de Irecê, na Bahia, que não foram descontadas nas estimativas do mês de março.

Mesmo considerando-se a quebra da safra baiana, a oferta do produto das águas permanece elevada e, possivelmente, a safra 1981/82 será a maior já colhida no país. Os efeitos desta grande oferta sobre o mercado do feijão foram amplamente divulgados, devido à forte pressão baixista sobre os preços — que já vinha sendo sentida desde o início do plantio (ver **Agroanalysis**, volume 6, nº 2).

A baixa dos preços obrigou o governo federal a comprar grande parte da safra, estimando-se que o total das AGFs tenha ultrapassado as 300 mil toneladas, já em fins do mês de março. Deste volume, a metade foi adquirida no Paraná, pois o atraso no plantio daquele estado acarretou a entrada simultânea no mercado das safras paulista e paranaense, deprimindo sobremaneira a remuneração dos produtores. Aliás, além das 150 mil t vendidas à CFP, há outras 160 mil t em EGF que, caso os preços não reajam, engrossarão os estoques governamentais.

Estimativas recentes da Secretaria de Agricultura do Paraná dão conta de que a área colhida da safra das águas foi de aproximadamente 791 mil hectares, com uma produção de 618 mil t, próxima à estimada pela

QUADRO 1

FEIJÃO: Estimativas de Área Plantada, Produção e Produtividade na Safra das Águas — Safras 1980/81 e 1981/82

Estados	Área (1.000 ha)		Produção (1.000 t)		Produtividade (kg/ha)	
	1980/81	1981/82	1980/81	1981/82	1980/81	1981/82
Paraná	782	835	532	626	680	750
Santa Catarina	197	227/246	177	216/234	900	950
Bahia	370	389	118	214	320	550
São Paulo	224	258	141	168	630	650
Minas Gerais	275	297/308	151	149/154	550	500
Rio Grande do Sul	147	162/169	110	122/127	750	750
Espírito Santo	41	47	23	26	560	550
Mato Grosso do Sul	18	20/22	11	12/13	610	600
Rio de Janeiro	10	11/12	7	7	700	600
Brasil	2.072	2.256/2.296	1.274	1.545/1.574	615	685

FONTE: Comissão de Financiamento da Produção.

CFP. Deste modo, ter-se-ia obtido um rendimento físico médio de 782 kg/ha, um pouco superior ao previsto por aquele órgão federal. Possivelmente, esta melhoria na produtividade (em 1981, colheram-se 680 kg/ha) responde pelo fato de o atual plantio da seca não ter sido tão reduzido como se esperava. Com efeito, a área plantada da segunda safra paranaense, no ano passado, foi de 119 mil hectares, dos quais 104 mil ha foram colhidos, com uma produção de apenas 48 mil t, em razão da baixa produtividade. Para este ano, supunha-se que o plantio da seca atingiria, no máximo, 85 mil ha e, até o momento, com a semeadura recém-encerrada, estima-se que tenha alcançado cerca de 90 mil ha. Como a segunda safra sempre apresenta uma produtividade menor do que a da primeira, a oferta do produto da seca deverá superar ligeiramente a da mesma safra de 1981, situando-se em torno de 50 mil t, cuja colheita será iniciada no corrente mês.

A rápida sucessão das safras do produto aprofundará o problema de armazenagem, que já está ocorrendo no estado. De fato, outras safras volumosas foram colhidas no mesmo período, principalmente a de milho, e surgiram dificuldades de escoamento, pois as cooperativas necessitam do espaço ocupado pelo feijão adquirido pelo governo, para a colocação do cereal.

Cabe registrar que a participação tradicional das diversas variedades da leguminosa foi modificada na safra das águas 1981/82, tendo o feijão preto atendido por 55% do total colhido no Paraná. Também nos estoques da CFP, em nível geral, esta variedade tem sido majoritária.

Em termos de preços, em nível de produtor, estão oscilando entre Cr$ 2.800,00 e Cr$ 3.400,00/saca. Este último valor corresponde aproximadamente ao preço básico (Cr$ 3.709,80), efetuados os descontos usuais.

A mesma situação, em termos de mercado, verifica-se em Santa Catarina, estado que responde, praticamente, pela outra metade dos estoques formados pelo governo federal, nesta safra. Isto porque, até a primeira semana de abril, 111 mil t, das 216/234 mil t esperadas para a safra, haviam sido vendidas à CFP. Ao que parece, as compras oficiais prosseguirão, devendo atingir algo em torno de 120 mil t. Também em Santa Catarina, o feijão preto representa 55% das aquisições governamentais do produto.

A segunda safra catarinense, cuja colheita se inicia em meados de abril, está avaliada em 93,75 mil t, mas algumas perdas localizadas deverão reduzir este número, talvez a 80 mil t. Mesmo assim, a safra da seca superará a do ano passado, cuja estimativa inicial, de 69,84 mil t, viu-se reduzida a 52 mil t, no final da colheita. Assim, estes dois estados — Paraná e Santa Catarina — repetirão, em 1981/82, sua participação no total da safra das águas, com cerca de 55% da oferta de feijão do período.

A Bahia, terceiro maior produtor da safra, porém, deverá ter sua parcela no total bastante diminuída. Fontes locais, que avaliavam a oferta da região de Irecê em torno de 258 mil t, acima da estimativa da CFP, portanto, reavaliaram-na, agora, para apenas 43,2 mil t, devido às adversidades climáticas que prejudicaram as lavouras de feijão (ver **Agroanalysis**, vol. 6, nº 2). A se confirmar uma quebra tão violenta, a situação da oferta do produto, em 1982, será bastante modificada, em relação aos números hoje previstos. A este respeito, o Quadro 2 apresenta o balanço de oferta e demanda de feijão, a partir das informações atualmente disponíveis. Pode-se ver que, após dois anos de estoques reduzidos, o país disporia de uma boa posição de estoques, no final do ano-safra.

De acordo com o mesmo Quadro, a produção esperada para a safra da seca também é elevada. Embora atrasada, em razão do retardamento ocorrido no plantio e na colheita da safra das águas 1981/82, em diversas regiões e, também, da demora na divulgação dos novos instrumentos de política agrícola, a situação da segunda safra vem sendo boa.

Em Minas Gerais, maior produtor da safra, o levantamento efetuado pela CFP, em fevereiro, atribuiu-lhe uma área plantada entre 399,5 mil ha e 446,5 mil ha, com uma produtividade de 520 kg/ha. Atualmente, às vés-

peras do início da colheita em algumas regiões do estado (enquanto outras, no norte e no noroeste, continuam plantando) estima-se que o atraso no plantio, devido às chuvas de março, deve ter reduzido a produtividade a algo entre 480 e 500 kg/ha.

Deste modo, é provável que as próximas atualizações das estatísticas dos diversos órgãos, federais e regionais, resultem em valores inferiores para as duas safras (a das águas e a da seca) sem descaracterizá-las, porém, como algumas das maiores já registradas no país.

Indiferentemente ao resultado final efetivamente conseguido, o atual período, bem como os meses imediatamente precedentes, devem ser objeto de reflexão, por parte do governo federal. Afinal, os esforços para a consecução de uma boa oferta do produto foram recompensados, mas muitos produtores sentiram-se prejudicados pela baixa dos preços, num momento em que o acesso ao crédito esteve especialmente difícil. Não se trata de procurar impedir novas grandes produções de feijão, com a retirada dos incentivos concedidos e, sim, de permitir que elas ocorram, sem que o agricultor encontre obstáculos à colocação de sua safra. A agilização das operações do crédito de comercialização é imprescindível, para que não se perca todo o esforço inicialmente desenvolvido.

QUADRO 2

FEIJÃO: Balanço de Oferta e Demanda no Brasil — Safras 1977/78 a 1981/82 — (1.000 t)

	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
estoque inicial	438,0	445,8	304,0	21,9	24,8
safra das águas	1.294,5	1.150,5	1.000,0	1.274,0	1.560,0
safra da seca	1.095,7	1.147,8	895,2	1.133,0	1.300,0
importação	7,6	3,6	35,9	3,9	—
oferta total	2.835,8	2.747,7	2.235,1	2.432,8	2.884,8
consumo	2.390,0	2.443,7	2.213,2	2.408,0	2.600,0
estoque final	445,8	304,0	21,9	24,8	284,8

FONTE: CPF, CACEX.

MILHO

Com uma oferta volumosa e uma demanda retraída, destaca-se a ação do governo

Com a intensificação da colheita do milho, no Centro-Sul, durante o mês de março, sofreram considerável aviltamento os preços recebidos pelos produtores, mantendo-se abaixo do mínimo garantido pelo governo, o que obrigou à agilização, tanto das aquisições, quanto dos empréstimos governamentais aos agricultores. Naquele mês, o preço médio recebido pelos produtores paranaenses, por exemplo, foi de Cr$ 839,00/60 kg, 22,9% menor, em termos reais, do que o de um ano antes. Explica-se, desta forma, a "corrida" ao preço mínimo de Cr$ 1.028,40, pois, se este não chega a cobrir integralmente os custos de produção da maioria dos produtores, ao menos representa prejuízo menor do que a venda no mercado.

A este quadro de cotações deprimidas, veio juntar-se o aperto no crédito rural para este ano, determinado pelo Banco Central, limitando a 90% da quantidade física financiada na safra passada os empréstimos governamentais aos produtores e cooperativas a serem realizados na atual temporada. Ficam, assim, em evidente desvantagem, principalmente os agricultores que obtiveram aumento do volume colhido este ano, a quem não restará outra saída a não ser estocar seu produto por conta própria, ou vender a intermediários o grão que o governo não adquirir ou não se comprometer a estocar.

De acordo com a mais recente previsão de safra da CFP, a produção nacional de milho da safra 1981/82 deverá ser de cerca de 23,3 milhões de t. No entanto, tal cálculo encerra a previsão de que a produção do Norte-Nordeste atinja cerca de 1,33 milhão de t, cifra extremamente otimista, face às condições climáticas que se vêm verificando na região nordestina. Seria mais realista supor que a performance da safra de milho da porção setentrional do país venha a ser igual ou pouco superior à observada no ano passado, o que, em termos nacionais, colocaria o montante da safra ligeiramente abaixo de 23 milhões de t.

Ao Centro-Sul, caberá a produção de cerca de 22 milhões de t na atual temporada, o que representa uma redução de cerca de 33 mil t frente à estimativa anterior, devido à estiagem que castigou grande parte das áreas produtoras em janeiro, atingindo o chamado milho "do tarde". Parece praticamente garantida a obtenção daquele volume, uma vez que a colheita se vem desenvolvendo normalmente na região, embora deva ser momentaneamente interrompida entre abril e maio, quando os produtores das lavouras consorciadas "dobram" o milho, para que seja efetuada a colheita da soja. Esta forma arcaica de evitar-se a deterioração do produto, sem, no entanto, colhê-lo, conquanto seja considerada prejudicial à planta, parece ser menos maléfica para as variedades de ciclo mais longo, além de ser a única opção que resta ao agricultor que tem limitadas tanto a capacidade de estocagem, quanto a disponibilidade de mão-de-obra.

Esta interrupção momentânea da colheita, atualmente verificada no Sul do país, não deverá, no entanto, causar um aquecimento dos preços: o mercado encontra-se frouxo como desde o final do ano passado, devendo, a curto prazo, pouco se alterar o perfil da demanda pelo grão. As indústrias moageiras continuam a comprar o produto *da mão para a boca*, trabalhando, em sua maior parte, com estoques de apenas alguns dias, ao mesmo tempo em que vêem a demanda humana por seus produtos permanecer estacionária, tendo em vista o contínuo adiamento da retirada total do subsídio ao trigo. Também a demanda por parte do setor de rações, este ano, promete ser bastante comedida, em razão do discreto crescimento esperado tanto para a avicultura, quanto para a suinocultura.

Permanece, desta forma, a perspectiva de o governo continuar a atuar no mercado de milho, adquirindo-o ou fornecendo crédito para a armazenagem, de forma a manter o mercado, pelo menos no nível do preço mínimo de garantia.

A especulação quanto ao volume do estoque remanescente para a safra 1982/83, advindo desta movimentação governamental e quanto à possibilida-

de de o país vir a angariar dólares com a exportação do grão ainda este ano, parece definitivamente encerrada: cálculos preliminares indicam que tal estoque poderá não ultrapassar 1,5 milhão de t, volume insignificante para uma estratégia agressiva no atual mercado externo de cotações deprimidas.

SOJA

A redução da safra brasileira quase não repercutiu no mercado internacional

A avaliação do volume da produção brasileira da atual safra de soja encontra-se ainda bastante indefinida. A Comissão de Financiamento da Produção confirmou, no final de março, sua estimativa anterior, de fevereiro, quando, após um período de estiagem (em janeiro basicamente) havia reavaliado a safra brasileira para o intervalo entre 13,7 e 13,9 milhões de t. Simultaneamente, analistas privados e organizações de produtores têm chamado a atenção para o fato de que o novo período de seca, que afetou o Rio Grande do Sul no final de fevereiro e início de março, poderia ter reduzido a safra brasileira para um volume próximo de 13 milhões de t. Estas diferentes avaliações estão compiladas no Quadro 1.

Aparentemente, por ser difícil uma estimativa mais imediata e precisa da situação, a CFP estaria esperando a intensificação da colheita no Rio Grande do Sul, para melhor perceber a amplitude das perdas no estado. De qualquer forma, mesmo que a hipótese mais otimista da atual estimativa de produção da Comissão se confirme, a perda líquida já é, em média, de 1,2 milhão de t, ou 8% do total previsto antes da estiagem de janeiro.

A temporada 1981/82 tem enfrentado, de fato, todo o tipo de adversidade. No âmbito da produção, ter-se-ão menores rendimentos por hectare em relação aos da safra passada, no Paraná e no Rio Grande do Sul. Quanto à comercialização, tanto os baixos preços externos, como os problemas relativos à liberação de recursos de EGF ajudam, também, a compor um quadro pouco alentador, particularmente no nível dos produtores.

Normalmente, notícias de estia-

QUADRO 1

SOJA EM GRÃO: Estimativas Oficiais e Privadas da Safra Brasileira de 1981/82 – (1.000 t)

Rio Grande do Sul	4.268/5.109
Paraná	4.440
Mato Grosso do Sul	1.400
São Paulo	993
Santa Catarina	561/620
Goiás	581
Minas Gerais	376
Mato Grosso	356
Distrito Federal	31
Bahia	2
Brasil	13.008/13.908

Obs.: Os intervalos de produção são compostos pelo limite inferior das estimativas privadas e superior das oficiais.
FONTE: *Safras e Mercado* e CFP.

gem no Brasil provocam certo nervosismo no mercado internacional e, imediatamente, um aumento das cotações do complexo soja. No início deste ano, entretanto, as dificuldades econômicas que as principais economias industrializadas ocidentais têm enfrentado provocaram um enfraquecimento da demanda pelo farelo de soja. Deste modo, as notícias sobre a safra brasileira praticamente não tiveram repercussão, tendo-se iniciado um débil movimento altista apenas nos primeiros dias de abril. Daqui para a frente, caso a oferta brasileira se reduza mais do que as 1,2 milhão de t (quebra já absorvida pelo mercado), é provável que as cotações se recuperem. Até porque, nos níveis em que elas se encontravam no final de março, os produtores não se achavam inclinados a fechar negócios. Todos parecem aguardar, no momento, a "consolidação" da quebra da safra brasileira, para se beneficiarem da recuperação dos preços que ela trará.

Ao clima de incerteza do mercado internacional vem somar-se um panorama interno não menos incerto. Isto porque, justamente neste ano-safra, as autoridades governamentais viram-se obrigadas a estabelecer limites de crédito de comercialização para diversos produtos, entre eles a soja. Fixou-se, inicialmente, que o limite de EGF ficaria vinculado ao custeio. Esta resolução foi revogada e passou a vigorar uma nova, que indica os percentuais de produção a serem financiados, segundo cada produto. No caso da soja, os produtores e as cooperativas não-beneficiadoras poderão obter um financiamento via EGF equivalente a 70% da quantidade de soja financiada na última safra. Isto significará, na prática, que cada produtor poderá levantar no máximo 40% a mais de recursos, em termos nominais, a título de crédito de comercialização, do que lhe foi concedido em 1981. Assim, se um produtor colocou em EGF 100 sacas de soja, no ano passado, em 1982 ele poderá colocar, no máximo, 70. Considerando-se que o preço mínimo de 1981 era de Cr$ 660,00/saca e o atual é de Cr$ 1.321,80, o produtor teria obtido, a título de EGF, Cr$ . . . 66.000,00, na safra passada, enquanto, que, hoje, obterá Cr$ 92.526,00.

É, entretanto, interessante ressaltar que as indústrias, comerciantes e exportadores poderão obter 50% a mais de recursos do que em 1981, no Banco do Brasil. No caso de recorrerem aos bancos comerciais, a sistemática será idêntica à dos produtores, isto é, só poderão colocar em EGF 70% do volume de soja financiado na safra passada. Assim, ao contrário do anunciado oficialmente, industriais e comerciantes acabarão obtendo, junto ao Banco do Brasil, um maior volume de recursos subsidiados, em relação a 1981, do que os próprios produtores.

Além disso, a total liberdade de comercialização do complexo soja, instituída este ano, traz em si a possibilidade de as indústrias importarem maciças quantidades de grãos, a qualquer tempo da safra brasileira. Essa liberalização do mercado adquire aspectos um tanto preocupantes, quando se considera o difícil momento atual, em que os preços externos estão fracos e o crédito de comercialização interno escasso.

Do ponto de vista da exportação, a redução da safra brasileira diminuirá os excedentes à disposição do mercado internacional em 1982/83. Isto deverá ocorrer principalmente no caso do óleo, o que, combinado com a redução dos elevados estoques que os EUA mantinham há alguns meses, poderá torná-lo o elemento mais dinâmico do complexo, nesta temporada.

TRIGO

A nova sistemática de fixação de preços e a situação da soja favorecerão o plantio

Às vésperas da intensificação do plantio dos cereais de inverno, começam a surgir as primeiras avaliações quanto às dimensões das safras. No caso do trigo, principal lavoura do período, tudo indica que a área cultivada deverá aumentar sensivelmente em 1982, depois de dois períodos sucessivos em que apresentou decréscimo.

Desde 1979, quando se registrou uma área recorde (ocorrendo, também, um grande gracasso da colheita), o plantio do trigo só tem feito se re-

duzir, como conseqüência de magros rendimentos físicos e de uma relativa redução das disponibilidades de crédito. Somaram-se a isto preços de garantia considerados, pelos produtores, insuficientes, pois estariam sempre superados à época da colheita.

Em 1982, observa-se a reversão dessa situação. Com efeito, a produtividade obtida em 1981 (1.148 kg/ha) foi a melhor desde 1974, apesar da seca e das geadas, que não deixaram de se abater sobre a safra do ano passado, especialmente no caso do Paraná. Desta forma, talvez tenha ficado demonstrado que uma maior observância de recomendações técnicas (estimulada, de certa forma, pela escassez de recursos subsidiados) é fundamental para o sucesso das lavouras de trigo. É bem verdade que a primavera gaúcha (a qual, quando quente e úmida, é responsável por uma parcela significativa das frustrações das safras) foi bastante seca, o que dificulta a avaliação exata da relação entre melhores tratos e menores perdas, neste caso.

Assim, o resultado final da safra de 1981, bastante positivo, já representaria, por si só, um fator de estímulo à expansão de área em 1982. Além disso, tanto os Valores Básicos de Custeio, quanto o preço de garantia, fixados pelo governo, pesaram — e vão pesar — favoravelmente sobre as intenções de plantio dos produtores (a fase de plantio só se encerra em junho, no Rio Grande do Sul).

O Quadro 1 apresenta os VBC's de 1981 e 1982 das duas faixas de produtividade mais freqüentes (801 a 1.000 e 1.001 a 1.200 kg/ha), assim como os acréscimos percentuais do volume de crédito por hectare, disponível para as três categorias de produtores. Pode-se ver, então, que, se os pequenos produtores (que obtém 100%) do VBC a juros subsidiados) terão em 1982 aproximadamente 95% a mais de recursos do que em 1981, já no caso dos médios, esse acréscimo será da ordem de 70% e, no dos grandes, de 60%.

Se a esses dados, forem contrapostos os cálculos dos próprios produtores, indicando que os custos de produção teriam subido 74%, concluir-se-á que o grau de cobertura dos custos pelo VBC cresceu no caso dos pequenos produtores, manteve-se praticamente inalterado no dos médios e decaiu, apenas, no dos grandes. Isto, apesar da alteração das regras do crédito rural, que reduziu a parcela do VBC, financiada a juros subsidiados, a 70% para os médios produtores e 50% para os grandes.

Outro importante instrumento da política agrícola, para o trigo, é o preço de garantia, pelo qual o governo, através do Banco do Brasil, adquire toda a produção do cereal.

QUADRO 1

BRASIL — VBC's do Trigo e seus Acréscimos Percentuais: 1982 em Relação a 1981, Segundo Faixas de Produtividade e Categorias de Produtores — 1981/82

Faixas de Produtividade	VBC's (Cr$/ha)		Acréscimos (%) de 1982 em Relação a 1981 Segundo a Categoria dos Produtores*		
	1982	1981	Pequenos	Médios	Grandes
801 — 1000	29.800	15.200	96	72	63
1001 — 1200	34.200	17.800	92	68	60

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Minagri.
* Ponderado pelo percentual do VBC, a ser levantado por cada categoria de produtor.

No corrente ano, foram introduzidas modificações em sua fixação. Em primeiro lugar, foi estipulado um preço em dólares — US$ 275/t — convertido em cruzeiros ao câmbio de 1º de abril, o que resulta em Cr$. . . 40.554,25/t. Além disso, esse preço será atualizado todo primeiro dia de cada mês, até 1º de dezembro, segundo o ritmo das desvalorizações cambiais.

Os efeitos psicológicos e reais desses novos mecanismos foram bastante positivos. Psicologicamente, a fixação do preço em US$ 275/t, quando o país vem adquirindo trigo no mercado internacional a US$ 200-220/t CIF, causa uma forte sensação de estímulo à produção interna. Na prática, entretanto, o preço pago aos triticultores nacionais nunca teve vinculação com os preços internacionais e, sim, com os custos de produção internos, até porque não foram raros os anos em que se pagou mais pelo trigo produzido no país do que pelo adquirido no exterior (esse, aliás, era o argumento daqueles que achavam que não se devia estimular a produção interna). A título de ilustração, pode-se observar o Quadro 2, onde aparecem os preços pagos, pelo Banco do Brasil, aos triticultores nacionais, em cruzeiros, e convertidos em dólares de 1º de setembro e 1º de dezembro, nos últimos seis anos.

Na realidade, verifica-se que passou a constituir um problema a fixação de um único preço para a compra de toda a safra nacional, cuja colheita se estende de setembro a dezembro, na medida em que a inflação interna acelerou-se nos três últimos anos. Assim, se o preço fixado no ano passado, por exemplo, Cr$ 28.500,00/t, fosse convertido em dólares de 1º de setembro daquele ano, seria igual a US$ 279,00. Já se a conversão fosse feita em dezembro, os Cr$ 28.500,00 valeriam apenas US$ 236. É nesse ponto que se apresenta o estímulo mais concreto à produção: a correção, segundo algum parâmetro, do preço fixado à época do plantio, para que, ao contrário do que aconteceu nos dois anos anteriores a 1982, ele não esteja superado quando da comercia-

QUADRO 2

BRASIL — Preços Pagos aos Produtores de Trigo e sua Conversão em Dólares Segundo a Taxa Vigente em 1º de Setembro e 1º de Dezembro de Cada Ano — 1976 a 1982

Anos	Preços Pagos aos Produtores (Cr$/t)	Conversão para Dólares em 1º de set.	Conversão para Dólares em 1º de dez.	Perda Percentual em Dólares entre Set. e Dez.
1976	2.130	192	178	7
1977	3.170	215	205	5
1978	4.150	221	208	6
1979	5.400	195	169	13
1980	11.840	213	190	11
1981	28.500	279	236	15
1982	—	275	275	0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Sunab e Banco Central.

lização da safra. Esse, aliás, é um problema que atinge todos os produtos agrícolas e não o trigo, em particular.

No caso das safras de verão, o mecanismo do preço mínimo — anteriormente fixado em julho de cada ano — foi modificado para um preço básico, corrigido segundo as variações do INPC, até a entrada da safra.

O preço do trigo diferentemente, talvez por ser o Banco do Brasil o único comprador, será reajustado durante o período da colheita nas diversas regiões. Deste modo, se o ritmo das desvalorizações cambiais se mantiver em torno de 5% ao mês, até o final do ano, o que resultaria na taxa anual de 80%, projetada pelas autoridades, os US$ 275/t equivaleriam a Cr$. . . 51.759/t ou Cr$ 3.106/saca em 1º de setembro, ou ainda, Cr$ 59.917/t (Cr$ 3.595/saca) em 1º de dezembro. Este último seria, portanto, o preço máximo a ser pago aos produtores. Esses dois extremos de preços (na medida em que o Paraná começa a colher em agosto e o Rio Grande do Sul em dezembro) representariam, respectivamente, 83 e 111% a mais do que os triticultores receberam em 1981.

Além desses fatores, um outro — externo à triticultura — deverá ter alguma influência sobre a decisão dos produtores: o desempenho da cultura da soja, que vem decepcionando os produtores até o momento, tanto em termos da produtividade, quanto da situação dos preços externos. Este fator terá, sem dúvida, uma parcela de responsabilidade sobre o incremento da área de trigo.

Atualmente, com o plantio apenas iniciado, nos estados que plantam mais cedo, espera-se a ocorrência de aumentos consideráveis de área, especialmente no Paraná e no Rio Grande do Sul. As estimativas iniciais indicam um plantio de cerca de 2,5 milhões de ha, segundo a distribuição estadual exposta no Quadro 3. Dessa área, com uma produtividade média em torno dos 1.000 kg/ha, poder-se-á obter uma produção de 2,5 milhões de t. Cabe ressaltar, ainda, que a maior parte da expansão de área ocorrerá nos estados tradicionalmente produtores e que a parcela das áreas novas, principalmente da irrigação no cerrado, deverá ser ainda muito limitada nesta safra.

QUADRO 3

BRASIL E ESTADOS PRODUTORES DE TRIGO — Área Plantada em 1981 e Estimativas para 1982 (em 1.000 ha)

	1982	1981
Rio Grande do Sul	1.100/1.200	879
Paraná	1.100/1.200	931
São Paulo	130/140	131
Mato Grosso do Sul	100/120	95
Minas Gerais	17/18	18
Santa Catarina	8/10	8
Brasil	2.455/2.688	2.060

FONTE: Banco do Brasil.

impresso na
COMPANHIA BRASILEIRA DE ARTES GRAFICAS
RUA RIACHUELO, 128 TEL. 222-3359

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal: 9.052 — ZC–02
Tel.: 551-1542
CEP: 22.250 — Rio de Janeiro — RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Octávio Gouvêa de Bulhões

CONSELHO CURADOR
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Eugenio Gudin, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mario Henrique Simonsen
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Processamento de Dados — Eugênio Decourt
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional — Luiz Aranha Corrêa do Lago



Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL